



Resenha

As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores
(RÜDIGER, Francisco. Porto Alegre: Sulina, 2011, 338 páginas)

Charles CADÉ¹

As teorias da cibercultura discorre, de forma didática e com abordagem crítica, sobre as principais contribuições intelectuais a respeito do fenômeno, da academia ao mundo ficcional. O livro traz uma multiplicidade de enfoques, construindo um mapa teórico que percorre as origens da cibercultura, suas transformações, até alcançar os estudos atuais. A obra é dividida em 16 capítulos, mais introdução, conclusão e anexos.

O autor, Francisco Rüdiger, é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), professor dos departamentos de Filosofia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e também leciona no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Autor de vários livros, Rüdiger se lança, em *As teorias da cibercultura*, num desafio ousado, já que, para compreender o fenômeno, é necessário realizar um percurso teórico que permeia diferentes áreas de conhecimento. Constitui-se, desse modo, uma obra densa, que abrange inúmeros conceitos e autores, requerendo, portanto, uma leitura atenta.

Na introdução, Rüdiger constrói uma linha temporal com as principais perspectivas analíticas da cibercultura. De acordo com o autor, a sociedade entra, a partir da segunda metade do século XX, num processo de avanço tecnológico. Os primórdios da rede mundial de computadores e do termo cibercultura surgem nesse contexto histórico. A empresária Alice Hilton é a precursora no uso da expressão. Para ela, cibercultura é a “exigência étnica da nova era de automação e das máquinas inteligentes” (p. 8). Em seguida, o termo aparece como subdisciplina da cibernética (Thomas Helvey), como declínio das tradições humanas e ascensão da máquina (Marshall Fishwick) e como proposição para investigar o pensamento tecnológico (Norbert Wiener).

Para Rüdiger, a cibercultura seria explicada historicamente “pela convergência do pensamento cibernético e da informação da comunicação [...] com os esquemas de cultura popular que se

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGC/UFPB



articulam desde bom tempo de acordo com o que foi chamado de indústria cultural por Theodor Adorno” (p. 10).

No primeiro capítulo, Rüdiger identifica três pontos de vista sobre a cibercultura: populistas tecnocráticos (são os defensores das qualidades sociais, econômicas, políticas e culturais do fenômeno; Dan Gillmor e Henry Jenkins fazem parte dessa tendência tecnofílica); conservadores midiáticos (lançam um olhar crítico sobre a cibercultura; Dominique Maniez e Andrew Keen são exemplos) e os cibercriticistas (pontuam o vínculo entre cibercultura e poder, enfatizando o que tal elo provoca no indivíduo; Kevin Robins e Lee Siegel seguem essa premissa).

O autor esmiuça essas linhas de interpretação em quatro tópicos. O populismo tecnofílico é abordado no primeiro deles. Nos anos 1960, Marshall McLuhan defendeu que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação cria um ambiente (aldeia global) que propicia interação igualitária. Essa abordagem encontrou abrigo em outros autores. Howard Rheingold defende que computadores ligados em rede podem emponderar os indivíduos: “chegou a hora de restaurar o espírito comunitário e recolocar a cooperação no centro da vida social” (p. 27). Dan Gillmor explica que agora todos podem produzir e partilhar notícias, o que resulta no rompimento do monopólio dos conglomerados de comunicação e entretenimento. Henry Jenkins, por sua vez, considera que, na cultura da convergência, empresas e clientes podem participar de projetos cooperativos. No ciberespaço, cliente não é apenas aquele que consome, mas também quem cria conteúdo.

Todavia, se por um lado há o ufanismo de inspiração tecnocrática, Rüdiger identifica, na segunda parte do capítulo, vozes antagonistas. Nesse contexto, Andrew Keen tem o discurso mais eloquente. Keen defende que é responsabilidade de todos proteger a mídia tradicional, única com capacidade de entregar conteúdo de qualidade elevada para o público. Já os criadores autônomos da web 2.0 acabam com o profissionalismo ao não respeitar o direito autoral. Com isso, executam uma produção gratuita, precária e “mediocre”, muitas vezes pautada pela popularidade e a autoreferência.

Em seguida, Rüdiger explora, na terceira parte do capítulo, como “a tecnologia encontra-se em relação dialética com algo não técnico” (p. 36). Kevin Robins e Julian Stallabrass foram os primeiros a apontar essa problemática. Robins afirma que o desenvolvimento técnico está associado a criações imaginárias. Stallabrass defende que o domínio da Internet não é exercido pela política ou o empresariado, mas pela própria dinâmica capitalista moderna. Lee Siegel, que censura a cibercultura como ideologia, é mais contundente ao apresentar o fenômeno como “estágio mais avançado coletivamente de um processo de colonização da consciência pelo mercado que já opera



no profissionalismo da mídia tradicional” (p. 42).

Por outro lado, Siegel igualmente expõe que a Internet representa uma insurreição das pessoas contra formas de subordinação já estabelecidas. Rüdiger conclui o capítulo seguindo o mesmo raciocínio. Segundo o autor, a tecnocultura representa mais soberania para o sujeito social. Isso ocorre porque métodos e equipamentos, antes restritos a especialistas, agora estão ao alcance de todos.

Os teóricos da técnica são representados, de acordo com o legado acadêmico, por duas figuras mitológicas: prometeicos (corrente dos tecnófilos, que observa as vantagens trazidas pela tecnologia) e fáusticos (tecnófoba, centram sua análise nos fardos da tecnociência). Isso porque, historicamente, a percepção do homem moderno se manifesta entre o “pessimismo cultural” (orientação minoritária) e o “otimismo societário” (dominante).

Seguindo essa reflexão, na primeira parte do segundo capítulo, Rüdiger faz um contraponto entre o pensamento de Chris Anderson e o de Philippe Breton. Para Anderson, as pessoas estão se reunindo, no ciberespaço, em grupos de interesse. Dessa forma, há um deslocamento da cultura de massas para nichos diversificados (cauda longa). Philippe Breton, por outro lado, denuncia a “utopia comunicacional” que prolifera nas mídias digitais. Breton também enuncia o surgimento, pela primeira vez em nossa história, de uma rede comunicacional capaz de dispensar a interação presencial entre seres humanos, o que culminaria na pacificação entre os povos. O relacionamento, todavia, possui lógica funcional e propósito específico: “No lugar de uma consciência coletiva, avança o culto narcísico do ego” (p. 57).

O pensamento tecnológico é abordado na segunda parte do capítulo. Langdon Winner adverte que a visão da tecnologia como poder independente, chegando a sobrepujar sua concepção humana original, é compartilhada por prometeicos e fáusticos. Ambos conferem características extraordinárias à técnica (determinismo tecnológico). No primeiro grupo, há a “utopia realizada”. No outro, a interpretação é obscura.

De acordo com Karl Jaspers, a tecnologia é neutra, já que se trata de um meio com função prática e objetiva. Rüdiger explica que “a técnica é [...] uma forma de saber que [...] não pode ser separada do seu uso concreto” (p. 64).

A parte final do capítulo avança pra além da dicotomia entre tecnófobos e tecnófilos, ao abordar uma orientação neomarxista que busca levantar os pontos favoráveis e os contraproducentes da cibercultura. Douglas Kellner e Andrew Feenberg são dois pensadores identificados com essa visão. O primeiro argumenta que a Internet é um ambiente no qual diversas forças políticas querem

fomentar o que lhes é vantajoso. Desse processo surge o embate entre pólos contrários. Já Feenberg defende uma compreensão extensa da cibercultura, evitando análises unidimensionais do fenômeno. “As tecnologias de informação não são função de um propósito social pré-determinado: são parte do contexto histórico em meio ao qual a vida é articulada” (p. 68).

Dividido em quatro partes, o capítulo três explora como vários termos relacionados à cibercultura são interpretados ao longo da história. Segundo os gregos, que foram os criadores da noção de “técnica”, não se pode falar do termo antes da civilização. Afinal, o conceito representa um tipo de conhecimento que o homem usa para gerar o que não encontra na natureza. Cabe à “mecanização da ciência”, ocorrida na passagem da ciência antiga para a clássica, o início da “matematização do conhecimento”, tendência que ganharia maior intensidade no século XX. Vale ressaltar que, anteriormente, as chamadas artes liberais eram consideradas superiores às artes mecânicas.

De todo modo, há pensadores, como os alemães Georg Simmel, Max Weber, Walther Rathenau e Robert Musil, que questionam a racionalização tecnológica da vida em sociedade. Para Theodor Adorno e Max Horkheimer, o maquinismo não culminou na libertação humana: a tecnocracia domina a produção cultural, um processo continuado que transformou a cultura em produto (indústria cultural).

Jean-François Lyotard designou de mundo pós-moderno o período em que se pode notar os resultados da propagação das comunicações eletrônicas sobre o fluxo do conhecimento. Para Augusto Comte, a sociedade passa por três estágios: teológico, metafísico e o positivo (o derradeiro representa o domínio do pensamento científico).

Dessa forma, a sociedade contemporânea se mostra cada vez mais conectada a transformações tecnológicas. Em especial, aos sistemas de comunicação via artefatos eletrônicos. Para construir a linha temporal até a atualidade, Rüdiger examina, no quarto capítulo, fatos que influenciaram a cibercultura, como a disseminação do capitalismo e a visão de que a tecnologia inaugura um novo estágio na humanidade.

O termo Cibernética foi criado por Norbert Wiener, em 1948, para designar “a ciência do controle das relações entre máquinas e seres vivos, em especial da comunicação” (p. 108). A ênfase na comunicação ocorre porque Wiener acredita que ela é o alicerce de todos os acontecimentos, naturais ou sintéticos. Marshall McLuhan compartilha muitos dos valores associados a Wiener. Para McLuhan, a computação eletrônica em rede pode fornecer a estrutura e as condições para a reconciliação global.



A parte seguinte do capítulo reflete sobre o entendimento maquinístico do homem, da história e da sociedade. Alguns autores defendem, inclusive, que há uma tendência pós-humanista, na qual o ser humano passa por um processo de reengenharia. Em *Manifesto ciborgue* (1985), Donna Haraway discorre sobre como estamos nos transformando em “organismos cibernéticos”, um híbrido homem/máquina.

Rüdiger conclui o capítulo explicando que a vida em rede representa a migração da sociedade para o ciberespaço. Trata-se de um processo de emancipação frente à ordem vertical e autoritária de formas previamente existentes de organização da sociedade.

A reflexão sociológica da cibercultura é debatida no quinto capítulo. Em especial, o pensamento de Manuel Castells. Esse teórico não compreende a Internet como meio de comunicação, já que a hipermídia impulsiona processos interativos que acabam com os limites que antes separavam a indústria da informação e entretenimento das demais formas de comunicação. Trata-se de um processo de alcance mundial, no qual os protagonistas (virtuais) empregam como linguagem a mídia digital.

O sexto capítulo da obra explana sobre as relações entre artes e tecnologia. O autor inicia com uma nova leitura da concepção marxista sobre a sociedade da informação (que surge do intercâmbio entre economia de mercado e progresso técnico). No percurso, Rüdiger encontra o trabalho do desbravador Walter Benjamin que, nos anos 1930, estudou o trabalho artístico na era dos meios técnicos de cópia.

Outro ponto importante é o conceito frankfurtiano de indústria cultural (crítica da produção cultural enquanto ideologia). Nick Heffernan entende que a cibercultura tem como objetivo ser “o novo estágio do processo de acumulação de capital, exploração da força de trabalho e conflitos de classe” (p. 147). Para Jeremy Rifkin, entramos na “era do acesso”: na economia global, a capacidade de elaborar e comercializar conhecimento passa a ser a questão principal da sociedade capitalista. Por isso, Christian Fuchs entende as redes sociais como espaço de luta e união.

Teóricos que depositam expectativas utópicas nas mudanças trazidas pela tecnociência são o foco do capítulo sete. Pierre Lévy aparece como destaque. Para ele, a Internet representa um espaço global, ágil e criativo, que fomenta a cooperação entre as pessoas (inteligência coletiva). Equívocos existem, mas o importante não é simplesmente apontar erros, e sim repará-los, assinala Lévy.

Embora identifique “bom senso teórico” em Lévy (para quem a técnica não é positiva, negativa ou neutra, já que isso depende da sua utilização prática), Rüdiger afirma que o entendimento do autor francês a cerca da cibercultura é “fruto da composição dialética do



pensamento tecnológico com um humanismo iluminista carente de autocrítica” (p. 163-164).

Na sequência, o capítulo oito cobre outro tipo de idealização: os segmentos antagônicos políticos. Ao mesmo tempo em que a cibercultura sofre influência do poder dominante, ela também possibilita o surgimento de transformações na sociedade. Nessa nova conjuntura, a economia tem como alicerce o intercâmbio do talento de forma livre (capitalismo pós-modernista).

O *Manifesto Hacker* (2004), de McKenzie Wark, defende, por exemplo, que o marxismo militante pode ganhar nova leitura no mundo digital. Nesse cenário, caberia aos hackers (peritos em artefatos técnicos e em processos de comunicação eletrônica) a incumbência de soltar as amarras impostas pela classe vetorial, que regula e comercializa a inventividade humana. Richard Barbrook persegue caminho similar. Para Barbrook, a inovação técnica está associada a diversas idealizações. Embora a Internet tenha surgido com propósitos bélicos, e venha sendo doutrinada desde então pelo mercado, cidadãos e organizações políticas opositoras ao *status quo* desenvolvem, mesmo clandestinamente, projetos de livre expressão e representação democrática. Rüdiger, porém, lembra que “a convergência digital empurra-nos em direção à socialização da produção e da comunicação, e não da realização das fantasias liberais da autosuficiência individual” (p. 179).

Debater o desafio atual dos estudos culturais, que para Jonathan Sterne seria “relativizar a ascensão da cibercultura e das novas tecnologias” (p. 181), norteia o nono capítulo. Nesse cenário, Rüdiger analisa o pensamento de André Lemos, para quem a técnica é o “elemento definidor do modo de vida moderno” (p. 183). Todavia, a técnica se alia a ideias alegóricas: a informática de comunicação amplia o lúdico.

De acordo com Lemos, o fenômeno técnico passa por três fases: etapa primitiva (mágica, mística); na modernidade, surge a tecnocultura (“razão científica aplicada”) e na pós-modernidade, há a cibercultura (uma nova forma de sociabilidade na qual a cultura eletrônica representa um modelo de vida social pautado pela livre expressão).

Lemos explica que a cibercultura resulta da “reunificação da ciência com a cultura, e vice-versa” (p. 187). Para Rüdiger, nisso reside o problema na leitura culturalista feita por Lemos, cujo texto não apresenta outras considerações (o olhar filosófico ou histórico da vida humana não são contemplados). Desse modo, a análise de Lemos ignora que “o sentido recriado com o fenômeno só pode ser bem interpretado à luz da maneira como esses conteúdos inscrevem, ao mesmo tempo, na cibercultura e em seus atores as condições históricas objetivadas dominantes na sociedade” (p. 191-192).

Explorar como a tecnologia contemporânea reinventa o modo de vida da humanidade é o



tema do capítulo dez. Há tecnófilos, como Kevin Warwick, Ollivier Dyens, Hans Moravec e Ray Kurzweil, que pregam que o ser humano passa por modificações profundas: o “organismo maquinístico” (pós-humano) irá nos ultrapassar.

Tecnófobos como Arthur Kroker, Michael Weinstein, Paulo Virilio, Lucien Sfez e Eugênio Trivinho, por outro lado, anteveem cenários obscurantistas. A postura apocalíptica deles é marcada pela visão de que o homem não possui mais autoridade sobre o avanço tecnológico; o artefato técnico agora se autogerencia. Para uns, isso significará a derrocada da técnica. Para outros, sua supremacia.

Rüdiger defende que o antagonismo entre realidade e mundo virtual não procede. “A realidade histórica se encontra em movimento na dependência entre [...] a vivência imediata e a interação sintética possibilitada pela máquina” (p. 204).

O capítulo onze enfatiza autores que não acreditam no desmedido poder da tecnologia. Jean Baudrillard é destaque ao adotar perspectiva semi-humanista. Para Baudrillard, a máquina não realiza sua própria operação. Por isso, ela nunca poderá ultrapassar o que é; o homem, sim.

Apesar disso, a visão de Baudrillard sobre a cibercultura é sombria. A nova mídia “cancela a verdadeira interação entre os sujeitos sociais” (p. 208). Segundo Baudrillard, entramos na “era de vertigem virtual”. A inteligência artificial nos fornece soluções de forma automática: as variáveis desse diálogo são princípios com os quais já temos familiaridade.

Entretanto, o entendimento da tecnologia contemporânea não está distante da condição humana. Esse é o tema do capítulo doze, que aborda o pensamento trans e pós-humanista, em que as “pessoas” passarão a contar com habilidades antes possíveis apenas no mundo imaginário. Encontraremos novas formas de existência, como ciborgues ou através da inteligência artificial, o que nos tornará mais fortes e sábios. Isso é possível porque, para parte desses teóricos, o indivíduo “não passa de um processador de informações, cujo centro de dados é o cérebro” (p. 218).

Friedrich Nietzsche abriu esse caminho ao vislumbrar a possibilidade de suplantar nossa espécie (supra-humano). Outros o seguiram: James Bernal (o homem mecânico constitui um acréscimo no desenvolvimento natural), Max More (nossa existência corpórea será interligada aos recursos tecnológicos), Paula Sibilia (o ser biológico ganha upgrade computacional) e F. M. Esfandiary (cujo termo “trans-humanista” representava o corpo humano em estágio intermediário de transformação).

De acordo com Rüdiger, a tendência pós-humanista não está limitada à exploração futurista. Para além da validação dessas ideais, é relevante celebrar essa vanguarda intelectual que observa “o

aparecimento de um indivíduo experimental, conforme o qual nossa identidade cultural e biológica se predispõe à intervenção tecnológica e maquinística” (p. 221).

A interpretação mística dos meios eletrônicos é investigada no capítulo treze. Essa visão teológica do ciberespaço se origina com o padre Pierre Teilhard de Chardin. Segundo esse teórico, “A existência é um organismo em progressão, através do qual as tecnologias se inserem e promovem sua própria evolução, sem deixar de estimular o crescimento e emancipação da consciência” (p. 226). Para Jennifer Cobb, as tecnologias são canais de elevação da espiritualidade, e não apenas bens materiais.

Humanismo em antagonismo ao tecnicismo é o tema do capítulo quatorze. Para Rüdiger, “As subculturas científica e humanística [...] estão, agora, subsumidas ao movimento da indústria cultural e, por essa via, da cibercultura” (p. 234).

Estudiosos como Theodore Roszak, Neil Postman, Alain Finkielkraut e Hervé Fischer são marcados pela proteção do humanismo. Não se trata de resistir ao progresso técnico, mas de refutar a celebração exacerbada das mídias digitais. Para evitar isso, os seres humanos devem ser colocados no centro dessa questão, pontuam os teóricos.

De acordo com o humanismo conservador, alvo da primeira parte do capítulo, o problema não reside no conhecimento que circula na rede, mas no tipo de sociabilidade que ela promove, quando o indivíduo navega pelo ciberespaço sem norte. Para pensadores como Mark Slouka e Sherry Turkle, a “colonização do ciberespaço” representa um processo espontâneo de renúncia da consciência crítica, o que limita nossa independência. Ademais, a troca do mundo real pelo virtual pode comprometer as necessidades naturais do corpo.

O “humanismo digital” de Jaron Lanier celebra com ressalvas a crença no poderio emancipador das redes telemáticas de comunicação. Para Lanier, o “totalitarismo cibernético” simplifica preocupações filosóficas acerca do relacionamento humano, que passa a ser suplantado por artefatos eletrônicos. Além disso, Lanier confronta a ideia da pretensa “sabedoria das multidões”, já que tal visão ressalta a argumentação dominante, não cedendo espaço para o discurso autônomo e minoritário. Lanier também denuncia que grande parte do que circula na rede é apropriação não autorizada de material protegido por direitos autorais.

Segundo Jean-Marc Mandosio, cujas ideias são tema da última parte do capítulo, as técnicas são decorrência da vida social. O autor combate a noção de que, para usufruir das benesses das novas tecnologias, basta ter acesso aos meios eletrônicos. É por isso que o ciberespaço virou depósito dos sonhos transformadores da humanidade (utopia neotecnológica).



Rüdiger defende, no capítulo quinze, que uma via para compreender as novas mídias é evitar a tensão contínua resultante da discussão polarizada (que censura ou aposta em promessas fantasiosas), seguindo um caminho que representa um meio termo (novo empirismo) ao avaliar os pontos positivos e negativos da cibercultura.

O *Manifesto Tecnorrealista* (1998) segue essa premissa. Elaborado por pesquisadores, o texto prega uma postura reflexiva sobre as mudanças surgidas com o desenvolvimento tecnológico. O manifesto cita oito pontos importantes, como pregar que a tecnologia não é neutra e, embora seja revolucionária, não é utópica.

Explorar como a informática de comunicação configura o modo como atuamos no ciberespaço é o foco do capítulo dezesseis. Rüdiger investiga, na primeira parte, o pensamento de Cornelius Castoriadis. Para esse autor, “o sentido da técnica não está nela mesma, mas no processo de criação da vida social e seu mundo, levado a cabo pela coletividade” (p. 260). Já Theodor Adorno salienta que o sujeito social não faz considerações significativas sobre os bens de consumo, se limitando a modificar o que está na superfície.

A segunda parte do capítulo explora o pensamento pioneiro de Max Weber. Segundo o autor, a técnica cria dinâmicas automatizadas das quais as pessoas não tomam conhecimento. “A existência pode ser mais ou menos calculada e conduzida como uma máquina, o que nos remete de chofre ao pensamento tecnológico” (p. 270). De acordo com Andrew Feenberg, o mercado livrou a tecnociência de questões morais e políticas. Para Feenberg, agora o que conta é a eficácia do processo.

O pensamento de Patrice Flichy dá início à última parte do capítulo. Segundo Flichy, as técnicas associam-se a manifestações lúdicas que desempenham papel de compor identidades coletivas e prover condições para a realização de projetos. Para Tim Jordan, a infosfera é palco de fantasias, que passam a ser vividas coletivamente. Já Ken Hills propõe que os equipamentos interativos servem tanto para consolidar o poder hegemônico quanto para planejar novas possibilidades.

Rüdiger finaliza o livro conceituando a cibercultura como “uma formação prática e simbólica que expressa e, às vezes, articula para o homem comum as circunstâncias e antagonismos humanos e sociais que vão surgindo agora, com a progressiva informatização da era maquinista que nasce no século XVII” (p. 285).

O trajeto proposto por Rüdiger oferece uma visão privilegiada das articulações intelectuais sobre a cibercultura. Ao mostrar esse caminho introdutório rico, o autor auxilia quem se propõe



estudar o fenômeno.

Algumas das limitações do trabalho foram mencionadas pelo próprio autor, como apresentar teorias sem se aprofundar no seu contexto sócio-histórico. Outras abordagens teriam enriquecido a obra. Rüdiger escolheu apresentar uma visão panorâmica da cibercultura, descartando conceitos específicos (comunidades virtuais, redes sociais, ciberfeminismo ou o movimento cyberpunk). A justificativa do autor de elaborar o trabalho em poucas páginas não se sustenta, visto que alguns temas são revisitados várias vezes ao longo do volume. Ademais, os assuntos não explorados são de grande relevância para a compreensão do ciberespaço, principalmente os processos ocorridos no século XXI.

Rüdiger acrescenta que, para compreender o fenômeno, é necessário observar seus sentidos e inclinações. Por isso, é preciso perseguir diversos pontos de vista e análises, de múltiplos campos de estudo, indo além do antagonismo que muitas vezes marca o entendimento das mídias digitais interativas: utopia emancipatória x controle externo, fantasia regressiva x criação revolucionária, dentre outros.

É nesse aspecto que reside a maior restrição ao trabalho. O autor nem sempre constrói um quadro balanceado. Se por um lado ele se mostra bastante crítico com o que considera utopia, noutros trechos posiciona-se de modo condescendente em relação aos preceitos hiperbólicos opostos, chegando a relativizar algumas dessas propostas. Como mostra dessa reflexão, Rüdiger considera importante louvar o movimento pós-humanista, apesar de fazer ressalvas às especulações futuristas vislumbradas por essa corrente. É uma abordagem bastante diversa em relação ao pensamento de Lévy, caracterizado por Rüdiger como um teórico que adota uma postura de “Poliana”, resultando num discurso repleto de contradições e “tolices”. Nesse caso, a decisão de não examinar a perspectiva histórica em que tal enunciado foi elaborado acarreta prejuízos a Lévy, cujas ideias surgem sem contexto, como se fossem atemporais.

É importante ressaltar, todavia, que Rüdiger realizou uma obra de fôlego. De caráter transdisciplinar, *As teorias da cibercultura* caminha por diversos percursos e, de modo sintético, consegue abarcar um extenso quadro teórico-conceitual.